

Racismo e Trauma Coletivo no Centro da Clínica e da História¹

Maria Inês Assumpção Fernandes²

Resumo: Este trabalho procura refletir sobre a problemática do racismo como trauma coletivo e as suas implicações no campo clínico, utilizando o grupo - enquanto dispositivo - como espaço analítico. Para tal, é necessário ter em conta a estreita ligação entre o dispositivo, o enquadramento institucional e o contexto social no trabalho transferencial. Essas reflexões deverão ser realizadas levando em conta a) o processo de colonização no Brasil e a violência fundadora que lhe é inerente e que expressa uma ordenação de vínculos sustentada por alianças conscientes e inconscientes modeladas pelo escravismo; b) a noção de interseccionalidade como investigação crítica e o problema da contratualização no mundo atual; e, c) a função psíquica do racismo como ideologia (Cf. Kaës, 1980-2016) e as incidências subjetivas dela decorrentes.

Palavras-chave: Grupo; Dispositivo; Racismo; Colonização; Alianças Inconscientes / Contrato Narcísico; Contrato Social; Interseccionalidade; Ideologia.

RACISM AND COLLECTIVE TRAUMA AT THE CENTER OF CLINICAL AND HISTORICAL STUDIES

Abstract: This paper seeks to reflect on the problem of racism as a collective trauma and its implications in the clinical field, using the group - as a device - as an analytical space. To do this, it is necessary to consider the close connection between the device, the institutional framework and the social context in transferential work. These reflections will have to be carried out taking into account a) the process of colonization in Brazil and its inherent founding violence, which expresses an ordering of ties sustained by conscious and unconscious alliances shaped by slavery; b) the notion of intersectionality as a critical investigation and the problem of contractualization in today's world; and c) the psychic function of racism as an ideology (Cf. Kaës, 1980-2016) and the subjective incidences resulting from it.

Keywords: Group; Device; Racism; Colonization; Unconscious Alliances / Narcissistic contract; Social Contract; Intersectionality; Ideology.

As questões que pretendo destacar neste artigo dizem respeito a três grandes áreas. A primeira refere-se à violência fundante, estrutural e histórica da construção do vínculo social no Brasil, da qual o racismo é a maior expressão. O segundo, a partir da noção de interseccionalidade como investigação crítica, volta-se para a noção de

¹ Conferência ministrada no Colloque Internationale du Réseau Universitaire Groupes et Liens Intersubjectifs "Mutations contemporaines et cliniques de l'inédit. Entre saisissements et émergences: quels dispositifs?", em junho de 2024.

² Professora Titular do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5221-8691>. E-mail: marines@usp.br.

contratualização no mundo atual, suas contradições e as brutalidades que acarreta. O terceiro mostra o impacto subjetivo destas novas contratualizações nos grupos e nas famílias, nomeadamente no que diz respeito à construção do contrato narcísico; alianças inconscientes que contêm os princípios organizadores do psiquismo.

Tomando esses pontos como eixos de análise, discutiremos a inter-relação entre a construção sócio-histórica e as implicações para o trabalho clínico, fundamentalmente do ponto de vista das dimensões interseccionais do poder, ou seja, do ponto de vista de uma interrogação do político.

O vínculo social no Brasil

A partir de minhas pesquisas realizadas em 2005, tenho proposto que um pacto denegativo mascara profundas desigualdades econômicas, sociais e raciais. Ao discutir o fenômeno da mestiçagem, utilizei o conceito de alianças inconscientes para abordar o problema da ideologia e sua função de desconhecimento e de alienação, que envolvia a constituição do vínculo social no Brasil. Aproximava-me à época, na busca de uma compreensão psicanalítica sobre essa questão, da discussão sobre a formação do Brasil e da noção de homem cordial, tal como discutido por Sérgio Buarque de Holanda, no clássico livro *Raízes do Brasil*.

Mais recentemente, em pesquisa conjunta, retomei a discussão sobre a ideologia racista – tomando-a como expressão da intersecção de categorias – raça, gênero e classe social – e, por ser uma das principais problemáticas sociais brasileira, (Fernandes e Costa, 2021), partindo da hipótese teórica de que a ideologia racista é delineada, sustentada e transformada cotidiana e estruturalmente por alianças inconscientes e conscientes intersubjetivas e coletivas transmitidas *por gerações e entre gerações*. Consideramos nessa discussão dois registros interdependentes da problemática social do racismo: o nível estrutural e o intersubjetivo.

Dando destaque à mestiçagem como ideologia nacional intersubjetiva e coletiva, portanto, fruto de alianças (in)conscientes estruturantes e intersubjetivas (Fernandes e Costa, 2021), nós a consideramos como uma das principais ferramentas do racismo no Brasil, pois é emblema enganoso de união dos diferentes.

Como toda ideologia, a ideologia racista da mestiçagem é um sistema de ideias abstratas mais *reais* do que o real, pois apresenta-se sem falhas, sem lacunas, de forma densa, compacta. Ela “se organiza em discurso e emblema necessários à construção da identidade coletiva, do sentimento de pertencimento, da representação do mundo” (Kaës, 1980, p. I). Necessária, portanto, à existência coletiva, ela é ancorada na via psíquica. Funciona como construção social e, igualmente, como formação psíquica.

E aqui temos um ponto fundamental que diz respeito à articulação entre o social e o psíquico: A ideologia é pensada como uma formação intermediária que possibilita a ligação entre dois espaços psíquicos diferentes. Assim, ao tornar possível o vínculo e a identificação do sujeito com o grupo, ao ligar dois espaços psíquicos diferentes, a ideologia é uma formação intermediária e intersubjetiva. É uma formação psíquica do Eu consciente tanto quanto uma formação psíquica inconsciente comum e partilhada pelos sujeitos nas suas interações psíquicas e sociais. É um sistema de ideias conscientes partilhadas, ancorado numa dimensão inconsciente partilhada: as alianças inconscientes. Este processo de articulação é facilitado porque a ideologia permite

desviar as tensões do pensamento. Por conseguinte, para além da função de articular o intrapsíquico, o grupo familiar e o coletivo, a ideologia assume também a função de recusa da realidade ou de falso saber.

“O discurso sobre o racismo, no Brasil, apresenta-se de forma pouco evidente, a partir da seguinte regra: “Não há... para todos” ou “Há... para alguns, para aqueles que têm mérito”. Esse é o explícito do texto, a constante, o que poderíamos conceber como *metaenquadre* que exhibe os substantivos que compõem a regra “não há para todos”. Estes substantivos são os mais variados possíveis” (Fernandes e Costa, 2023, p. 28). e traduzem uma violência massiva: não há empregos, nem moradia, nem respeito, nem justiça. Ou seja, o implícito do texto, o que é escamoteado, mostra que esse discurso se dirige especialmente a uma parte da população, às pessoas negras, que estão excluídas do acesso aos bens sociais e a uma vida digna e segura. Nas terras tropicais, o racismo está a serviço do capitalismo, sendo uma de suas principais estratégias. (Fernandes e Costa, 2023).

Ao lado desse discurso, apontamentos sobre branquitude e o pacto que a sustenta são, igualmente, relevantes: o pacto narcísico da branquitude é marcado pelo silenciamento intersubjetivo das pessoas brancas em relação ao racismo. Por meio desse pacto narcísico, de modo geral, em suas interações cotidianas e institucionais, as pessoas brancas não se implicam com a discussão e o enfrentamento ao racismo. Além disso, discriminam, cerceiam, rebaixam moral, afetiva, econômica e politicamente as pessoas negras, especialmente quando estão em espaço de poder. Deve-se considerar, no entanto, que esses atos discriminatórios nem sempre são percebidos pois não necessariamente são movidos pelo ódio contra alguma pessoa negra; mesmo porque, por vezes, as pessoas brancas não querem ou nem percebem que estão a discriminar e a oprimir.

Assim, o discurso veiculado por diferentes agentes sociais descortina pactos ideológicos degradados como o do racismo, naturalizando-os como se fossem verdades a-históricas. Desenvolvem-se estratégias que são colocadas em prática e exibidas, tendo como finalidade perpetuar a imagem negativa associada ao (corpo do) negro. “São pactos que modelam, como *metaenquadres*, as instituições, os grupos, as famílias, os sujeitos singulares. Esses pactos, em contrapartida, só existem porque foram criados e mantidos nas interações cotidianas – intersubjetivamente – por um grupo de pessoas contra outro grupo: o das pessoas negras.

Assim, a ideologia racista apoia-se num pacto perverso que se constitui e se mantém como parte da constituição subjetiva-identitária singular e intersubjetiva; como tal, o racismo exige um trabalho psíquico. A serviço de dividir para controlar, mantendo através do pacto a cisão e a fragmentação e, como consequência, a discriminação e a desigualdade, o racismo torna-se um dos principais dispositivos do capitalismo. A ideologia nacional coletiva de união/mestiçagem, igualmente, garantida por acordos (in)conscientes coletivos e intersubjetivos, produz a ideia de continuidade e união entre, por exemplo, as diferentes raças, etnias e culturas, mascarando a desigualdade e as fraturas entre elas.

Salienta-se que, além de o Brasil ser um país mestiço racialmente, a mestiçagem é aqui compreendida em sentido simbólico: ela refere-se à crença falsa e ilusória de que o Brasil é unido e democrático.

Tais considerações nos levam a sustentar que, no nível estrutural, essa ideia de união pode ser compreendida a partir de *dois contratos sociais* sucessivos que foram

traçados como projeto político-ideológico para o Brasil e que produziram impactos conscientes e inconscientes sobre a constituição das instituições, dos grupos e das famílias: “o contrato social do embranquecimento e o contrato social da democracia racial” (Costa e Fernandes, 2021, p. 35). Temos, portanto, a problemática da branquitude vinculada a outra, à problemática da democracia racial, mais diretamente, à mestiçagem.

O contrato Social

Os valores da modernidade ocidental - liberdade, igualdade, autonomia, subjetividade, justiça, solidariedade - e as suas antinomias, estão sujeitos a uma crescente sobrecarga simbólica, significando coisas cada vez mais desiguais para diferentes pessoas ou grupos sociais (Santos, 2010). Este excesso de significados que circulam na esfera social gera paralisia e neutralização da ação, tanto na esfera legislativa como na judicial, como resultado da perda de centralidade do Estado e da desorganização do direito social, que começa a coexistir com o direito não oficial.

Para além desta sobrecarga, a turbulência da época atual compromete o sistema comum de medidas, impedindo-nos de obter as escalas a partir das quais estamos habituados a ver e a identificar fenómenos, conflitos e relações. A turbulência do tempo e da escala gera “estranheza, desconhecimento, surpresa, perplexidade e invisibilidade”. Nesse cenário, são postas em dúvida as condições atuais para estabelecimento de um outro contrato social.

O contrato social é uma grande narrativa que exprime a tensão dialética entre regulação social e emancipação social, tendo em conta os interesses sociais e individuais. Essa tensão se reproduz pela “constante polarização entre vontade individual e vontade geral, coletiva, entre o interesse particular e o bem comum.” (Santos, 2010, p. 317). Essa tensão permanente carrega uma contínua exposição de suas antinomias, a saber: coerção versus consentimento, liberdade versus igualdade, direito natural versus direito civil – que devem ser geridas a partir da criação de novos recursos, baseados em pressupostos *metacontratuais*, ou seja: um regime de valores e um sistema comum de medidas apoiado numa concepção de *espaço-tempo neutro*, que serviria como um denominador comum a partir do qual se definiriam as diferenças.

Como metáfora fundadora da racionalidade social e política na modernidade do ocidente, o contrato social constitui-se, como qualquer contrato, assentado em critérios de inclusão e, conseqüentemente, estabelecendo igualmente, critérios de exclusão. Ou seja, a extensão das possibilidades de contratualização é acompanhada por uma separação radical entre incluídos e excluídos. São os processos de inclusão e de exclusão que sustentam e legitimam o contrato social e determinam os modos de funcionamento da sociedade nas esferas econômica, política, social e cultural. Contudo, se esta contratualização se apoia numa lógica de exclusão x inclusão, ela se legitimará somente pela possibilidade de os excluídos virem a ser incluídos. Vemos, dessa forma, que a lógica operativa do contrato está sempre em tensão com a lógica da legitimação.

A violência se instala na medida em que a crise da contratualização moderna consiste na predominância estrutural dos processos de exclusão sobre os processos de inclusão, o que torna inviável a dialética do processo. Por esse motivo “os excluídos devem ser declarados vivos mas, em regime de morte civil” (Santos, 2010, p. 318). Essa

crise, ainda em vigor, revela que grupos cada vez mais restritos impõem a grupos cada vez mais destacados, formas abissais de exclusão.

As novas formas de contratualização social revelam um falso contrato, um compromisso aparente entre as partes que, na realidade, exprime as condições impostas por uma das partes à parte mais fraca, sujeita às novas condições económicas da *hipermodernidade*. Trata-se de condições radicais e incontornáveis que conduzem as vítimas desta exclusão social a uma ansiedade permanente em relação ao presente e ao futuro, e a um sofrimento em relação às condições de sobrevivência e de coexistência. Estas condições inelutáveis, e o contrato que as sustenta, conduzem à violência e à dominação.

A gestão moderna e exclusivamente capitalista da desigualdade e da exclusão é um processo político de múltiplas dimensões, cuja complexidade aumenta com o agravamento da desigualdade e da exclusão. As práticas sociais, as ideologias e as atitudes combinam a desigualdade e a exclusão, a pertença subordinada, a rejeição e os interditos. Efeitos de poder, marca do capitalismo, (Santos, 2010) cuja teoria evidencia relações repletas de artimanhas das quais, como afirma Demo (2002), a ideologia é a mais conhecida pois “configura-se como tentativa sempre renovada de justificação do cultivo e manutenção do poder”.

São as condições sociais e contratuais no Brasil – o contrato social da branquitude e o contrato social da democracia racial – que em suas múltiplas contradições embaralham o jogo social e, portanto, afetam as condições de constituição subjetiva. Elas são parte das garantias *metasociais* que dão continência aos apoios psíquicos, ou seja, à constituição do sujeito psíquico. Suas contradições e antinomias desencadeiam ambivalências e ambiguidades; falham e, dessa forma afetam a constituição das garantias *metapsíquicas*, ou seja, a construção das alianças, a construção dos contratos narcísicos. Os contratos narcísicos são alianças estruturantes que inserem e inscrevem o sujeito no campo grupal, familiar, social.

O contrato social é uma forma política de aliança e como toda aliança tem uma dupla face. Se de um lado as alianças / os contratos visam dar alguma racionalidade às interações sociais; de outro, mascaram os desacordos, os desligamentos, os conflitos, as cisões, a recusa do vínculo (Kaës, 2009, p. 24).

O Contrato narcísico: caminhos e descaminhos

Deste modo, as condições sociais atuais, marcadas por contratos sociais perversos produzem “falhas e desorganizações nas formações *metasociais* da vida social; que já não cumprem as suas funções de garantia: as formações *meta* (*metasociais* e *metapsíquicas*) asseguram várias funções para as formações que elas próprias enquadram: em particular as funções de apoio e sustento, de garantia e de estruturação” (Kaës, 2012, p. 110).

Os fracassos das formações *metasociais* perturbam a função da *metagarantia* (Benghozi, 2020) e a constituição das formações *metapsíquicas* (Kaës, 2012). Por outras palavras, trata-se de um ataque às condições de legitimidade social e de igualdade de direitos, levando a um enfraquecimento da *partilha de códigos comuns* e, conseqüentemente, a um enfraquecimento da construção de vínculos intersubjetivos. A

exigência de que todo grupo social forneça as condições para preservar o acordo entre o campo social e o campo do discurso, nestas condições, é abolida.

Os estudos de Kaës sobre ideologia mostram que "a fraqueza ou a desintegração das garantias *metasociais* ameaça as grandes matrizes de simbolização que são a cultura, a criação artística, as marcas de sentido, ou seja, tudo o que é conquistado pela sublimação e pelo trabalho da cultura (*Kulturarbeit*)" (Kaës, 2016, p. 235). Essas condições colocam em risco a constituição do contrato narcísico, alianças estruturantes que contêm os princípios organizadores do psiquismo.

O contrato social da branquitude e o contrato social da democracia racial embaralham /e desordenam a relação entre o campo social com suas práticas e o campo do discurso inviabilizando o alcance das palavras de certeza que, por sua vez, fraturam o processo de transmissão. Esta, deve conter valores e proibições a serviço do bem comum; o sujeito, por sua vez, deve encontrar neste discurso referências para se projetar no futuro.

O ataque à transmissão se expressa de forma evidente nos processos de colonização e de migração. Os efeitos subjetivos a eles inerentes, e seus marcadores e traços racistas, evidenciam esses ataques. Os processos de colonização e migração testemunham os efeitos da dominação e golpeiam os códigos compartilhados. Como Fanon (2020, p.100) afirma em sua crítica a Mannoni (1950, p.32), o problema da colonização envolve não apenas a interseção de condições objetivas e históricas, mas também a atitude do homem em relação a essas condições.

O cenário de dominação ameaça a própria vida psíquica, pela instabilidade dos fundamentos *metapsíquicos* e pela fratura das estruturas que são receptáculos, são continentes indispensáveis para que os processos de simbolização se desenvolvam (Kaës, 2016).

A importância da noção de contrato narcísico advém do fato de descrever uma componente trófica e estruturante do investimento narcísico do sujeito pelo grupo. Quando esse contrato falha, "as palavras de certeza necessárias à estruturação conjunta do sujeito e do grupo deixam de garantir o lugar de cada um em sua relação contratual" (Kaës, 2016, p. 39).

O ataque à construção do contrato narcísico (aliança inconsciente) implica em falhas em sua tripla função: a de assegurar uma origem e uma inscrição na relação genealógica – ou seja no processo *filiação* e na sincronia dos contemporâneos; estabelecer uma continuidade entre as gerações; e, assegurar em contrapartida ao investimento no grupo, um lugar independente do veredicto parental. São rupturas nas filiações que conduzem a um fracasso do registro e da ligação entre o eu e o corpo, entre a fala e a linguagem.

O ataque à herança simbólica nos processos de violência social resulta em gerações em permanente exílio, numa confusão de tempos que já não mais remete às origens. Nela, há uma desagregação dos ideais compartilhados, o esfacelamento dos mitos, um ataque às figuras maiores de identificação. Essa violência da transmissão transgeracional põe à prova a capacidade de contenção dos continentes psíquicos genealógicos, e a capacidade dos herdeiros da transmissão de conter e acolher uma configuração vaga, fragmentada, negativa.

Certamente, estas questões nos convocam a repensar a constituição da experiência psíquica em situação de exclusão quando a relação de alteridade e identidade é marcada pela reificação de uma das partes; e, verdadeiramente, a discutir como essas

experiências inscrevem os sujeitos nas relações sociais e políticas da vida social e institucional.

São estas as dimensões de uma análise psico-sociopolítica que nos convidam a refletir sobre as exigências atuais do trabalho clínico e do rigor na construção dos dispositivos.

A Clínica e os dispositivos

Os serviços de saúde e de assistência têm dificuldade em se endereçar à grande massa de excluídos. A escuta psicanalítica torna-se muitas vezes surda aos destinos subjetivos das vítimas dos aparelhos sociais perversos. O desconforto que sentimos, como clínicos e como cidadãos, ao lidar com os gravemente excluídos pode fornecer uma base sólida e sensível para talvez restabelecermos a *noção de apoio, de escoramento* das funções psíquicas e corporais no discurso e no vínculo social. Como afirma Kaës (2015, p.55), a psicanálise não consegue dar conta dos objetos sociais, mas pode pensá-los a partir de suas funções “de apoio ou de depósito, ou ainda de *enquadre* na formação da realidade psíquica; é nesta dimensão que ela pode interrogá-los assim como aos lugares de inscrição da psique”. Nessa mesma direção de investigação, o autor vai considerar o *grupo* como lugar de apoio do narcisismo primário, discutindo a função da mãe na constituição do vínculo do bebê com o *Outro* do objeto, seus *Outros* e seus semelhantes. O grupo, “por uma parte, constitui o próprio apoio: não diretamente, mas através da localização dos objetos primários na rede intersubjetiva onde eles são apresentados, procurados, encontrados” (Kaës, 2015, p. 95).

Numa perspectiva clínica, pensar e resgatar a *noção de apoio* psíquico implica a consideração da função de escoramento e de suporte (sobre o modelo de apoio) constituído, igualmente, pelo *objeto em segundo plano (arrière-plan)*. As pesquisas sobre a experiência de confiança (fiabilidade) do *objeto em segundo plano* na constituição da imagem do corpo mostram a relevância de sua função quando envolve a perda do apoio visual frontal. Acentuamos, a partir destas considerações, a relevância da construção do *enquadre / enquadramento* (e sua função de apoio) na constituição dos dispositivos clínicos.

Jean Claude Rouchy alertou-nos, há 25 anos, para a necessidade de rigor na construção de novos dispositivos de acolhimento e acompanhamento em diversas situações sociais e institucionais. Com base no conhecimento adquirido através da análise intercultural, alertou-nos para os *traumas intergeracionais* e para a investigação sobre as bases culturais do psíquico. A construção do vínculo está ligada à capacidade de ser ouvido, de ser reconhecido e à possibilidade de se poder atribuir conteúdo psíquico, emoções, capacidades de se inserir nas leis do discurso e nas forças da enunciação (Zuca, 2012). Uma *clínica do vínculo* significa dar “particular importância ao modo de expressão, que não é apenas verbal. Em sua dimensão somato-psíquica e interacional, a enunciação é tão importante quanto o enunciado” (Rouchy, 2020, p. 283).

Devemos considerar, em relação a estas questões, que o *trabalho psíquico da intersubjetividade é a base da construção de um dispositivo clínico*. A problemática da intersubjetividade “abre o acesso às formas do sofrimento contemporâneo”, como afirma Kaës (2015) e, em particular, à compreensão dos traumas coletivos – como o racismo.

O exame dessas questões nos leva a refletir sobre as fronteiras e os limites entre *o dentro e o fora*, e os envelopes que os contêm; e, a colocar em *trabalho psíquico* o que é da *esfera privada*, tanto em sua dimensão histórica quanto fantasmática, assim como o que é da *esfera do comum e do compartilhado*. Exige levar em consideração, acima de tudo, o afastamento entre os sujeitos no vínculo, onde sua diferença revela o que, entre eles, não é nem comum e nem compartilhado. A experiência desse afastamento, testemunha da descontinuidade, cria o vínculo (Kaës, 2015, p. 70) porque nos confronta com a alteridade radical do outro e o índice do que nele, mantêm-se privado: ou seja, a experiência de que o outro não pode ser redutível ao objeto interno de cada um. Desse lugar nos será permitido operar na articulação de valores e funções que o racismo mantém para o sujeito e para o outro.

A utilização de um dispositivo de grupo - respeitando o rigor das condições analíticas que ele exige - torna-se um instrumento privilegiado de acesso ao mal-estar contemporâneo e a suas expressões. A especificidade das situações clínicas concernentes ao racismo requer, num primeiro tempo, dar uma atenção particular à constituição do enquadramento/enquadre, ao estabelecimento do contrato e às suas funções *de continente e de transformação*. Por outras palavras, é necessário prestar atenção à construção de um envelope psíquico e ao processo de continência. Pode ser necessário *adaptar* o enquadramento / enquadre para se manter atento aos sofrimentos mais primitivos dos sujeitos. Num segundo tempo, deve-se estar atento à contratransferência do analista. Estes são os pilares para que um processo analítico e um trabalho psíquico possam se construir.

Pensar *a clínica e seus dispositivos* no campo do racismo implica saber que “a tragédia aqui não é que o corpo se torna uma alteridade para o sujeito, pois é isso que faz o sujeito, mas que essa alteridade do corpo – *a pele do meu vizinho* – não seja socialmente percebida em sua dignidade de corpo” (Douville, 2012, p.30).

É necessário que se constitua uma reparação histórica: o racismo exige um trabalho social e político. O racismo exige um trabalho psíquico.

Referências bibliográficas

- AULAGNIER, P. (1979). *A violência da interpretação*. Rio de Janeiro: Imago.
- BENGHOZI, P. (2020). *Souffrance et attaque de la métagarance dans les familles, les institutions, le lien social*.
- COSTA, E. S., & FERNANDES, M. I. A. (2021). Estudos psicanalíticos sobre o racismo: Branquitude e mestiçagem como ideologias. In *A psicanálise na encruzilhada*. São Paulo-Porto Alegre: Hucitec.
- DEMO, P. (2002). *Solidariedade como efeito de poder*. São Paulo: Cortez.
- DOUVILLE, O. (2012). De l'exil à l'exil intérieur. In O. Douville et al. (Orgs.), *Clinique psychanalytique de l'exclusion* (pp. 15-42). Paris: Dunod.
- DOUVILLE, O. (2016). *De l'adolescence errante*. Paris: Des Alentours.
- FANON, F. (1952). *Peau noire, masques blancs*. Paris: Seuil. (Ed. brasileira: *Pele negra, máscaras brancas*. UBU, 2020).

- FERNANDES, M. I. A. (2005). *Negatividade e vínculo: Mestiçagem como ideologia*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- FERNANDES, M. I. A. (2022). As alianças inconscientes: Um operador clínico no trabalho com casais e famílias. In R. Pennacchi & S. Thorstensen (Orgs.), *Psicologia de casal e família: Uma introdução*. São Paulo: Blucher.
- FERNANDES, M. I. A., & COSTA, E. S. (2023). As marcas do racismo nas famílias e nos grupos. *Revista Percurso*, 70, 27-34.
- JAÏTIN, R. (2022). Les alliances inconscientes, métaorganisatrices du lien de filiation. In *Les apports de René Kaës à la psychanalyse de couple et de famille*. Lyon: Chronique Sociale.
- KAËS, R. (2008). *Le complexe fraternel*. Paris: Dunod.
- KAËS, R. (2009). *Les alliances inconscientes*. Paris: Dunod.
- KAËS, R. (2012). *Le malêtre*. Paris: Dunod.
- KAËS, R. (2015). *L'extension de la psychanalyse: Pour une métapsychologie de troisième type*. Paris: Dunod.
- KAËS, R. (2016). *L'idéologie: L'idéal, l'idée, l'idole*. Paris: Dunod.
- MANNONI, O. (1950). *Psychologie de la colonisation*. Paris: Seuil.
- SANTOS, B. S. (2010). A gramática do tempo: Para uma nova cultura política (Cap. 9: A crise do contrato social da modernidade e a emergência do fascismo social). São Paulo: Cortez.
- ZUCCA, S. Q. (2012). Remarques d'une psychiatre-psychanalyste sur les défis que pose la grande exclusion. In *Clinique psychanalytique de l'exclusion*. Paris: Dunod.

DOI desta publicação: <https://doi.org/10.34024/exilium.v5i9.19819>.